

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2016

(Da Comissão Externa do Rompimento de Barragem na Região de Mariana - MG)

Solicita informações à Ministra do Meio Ambiente, Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, quanto às ações relativas ao acidente da barragem da Samarco Mineração em Mariana/MG.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, seja encaminhado pedido de informações à Ministra de Meio Ambiente, Sra. Izabella Mônica Teixeira, quanto às ações relativas ao acidente da barragem da Samarco Mineração em Mariana/MG, em especial:

- as ações em desenvolvimento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- os laudos técnicos produzidos pelo Ibama sobre os impactos na qualidade da água do rio Doce e afluentes, destacando-se a presença ou não de minerais pesados e sua origem;
- os laudos técnicos produzidos pelo Ibama sobre a fauna e a flora da bacia, aquática e terrestre, destacando-se o risco de extinção de espécies em âmbito local, regional e nacional, e as medidas apontadas para sua recuperação;
- os laudos técnicos e as providências adotadas pela Agência Nacional de Águas (ANA), sobre a qualidade das águas do rio Doce e afluentes, e as providências adotadas para garantir o abastecimento das cidades afetadas;
- o levantamento da vegetação que existia nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e que foi retirada pela passagem da lama ao longo do trecho afetado, a descrição dos ecossistemas da Mata Atlântica que foram afetados e a previsão dos procedimentos necessários à restauração desses

ecossistemas e das APPs;

- informações sobre o assoreamento do rio Doce e as medidas que o órgão propõe para resolver o problema do depósito de lama na calha do rio e nas áreas adjacentes;

- as unidades de conservação federais e estaduais atingidas pela passagem da lama, os principais aspectos afetados e as providências em andamento para sua recuperação;

- os impactos da chegada da lama ao ambiente costeiro e as providências adotadas para a conservação daqueles habitats nas áreas atingidas;

- os impactos da chegada da lama ao litoral sobre o Projeto Tamar e as providências adotadas para proteção dos quelônios nas áreas atingidas;

- a real possibilidade de os impactos da lama se fazerem sentir no arquipélago de Abrolhos e as eventuais providências para que isso não ocorra;

- o levantamento das populações tradicionais existentes ao longo do trecho do rio Doce e afluentes e nas áreas costeiras afetadas pela lama e as providências adotadas para garantir sua subsistência;

- o levantamento, caso existente, das atividades econômicas desenvolvidas ao longo do trecho do rio Doce e afluentes e nas áreas costeiras afetadas pela lama e as providências adotadas para garantir sua continuidade;

- cópia dos anexos do Laudo Técnico Preliminar apresentado pelo Ibama/Dipro em novembro de 2015;

- Nota Técnica n. 02001.002155/2015-91 CSR/IBAMA;

- Mapas elaborados pelo Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama (CSR);

- Nota Técnica n. 24/2015-CEPTA/ICMBio;

- Lista de notificações elaboradas pelo Ibama e respectivo atendimento;

- Lista de espécimes coletados (fauna e ictiofauna – mortos);

- Documentos do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID).

- ações de monitoramento ambiental da bacia e áreas marinhas previstas e indicadores que se pretende utilizar, para acompanhamento dos impactos ambientais identificados; e

- número de técnicos e de fiscais do Ibama e do ICMBio disponíveis em Minas Gerais e no Espírito Santo, tendo em vista a prevenção de desastres na região.

Esclareço que as informações solicitadas decorrem da aprovação do Relatório nº 1, de 2015, pelo Plenário desta Comissão Externa, na reunião ordinária do dia 16 de dezembro de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

O desastre ocorrido no Município de Mariana, em Minas Gerais, no dia 5 de novembro de 2015, com o rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração, deixou, conforme dados divulgados até o presente, quinze mortos e seis desaparecidos, mais de seiscentas pessoas desabrigadas, o distrito de Bento Rodrigues totalmente destruído, diversos outros povoados e cidades invadidas pela lama, comunidades indígenas atingidas, várias cidades da bacia do rio Doce com abastecimento de água interrompido e bens histórico-culturais perdidos. O desastre trouxe severos impactos econômicos para Mariana e outros Municípios da bacia do rio Doce situados à jusante da barragem.

Acrescentem-se, ainda, os impactos de valor incalculável sobre os ecossistemas naturais, entre os quais a mortandade de peixes e a imediata perda de biodiversidade ao longo do rio Doce, a destruição de áreas de preservação permanente, o impacto em unidades de conservação, o risco de desaparecimento de espécies endêmicas na bacia, como o surubim-do-doce, a poluição e o assoreamento do rio e os impactos sobre a foz do rio Doce e a região marinha próxima a ela. A situação é dramática, os impactos ainda estão ocorrendo e não se tem ideia do que poderá ser recuperado, qual o custo dessa recuperação e em quanto tempo isso será possível.

As causas dessa tragédia ainda não estão esclarecidas, estando as investigações em andamento, mas já é certo que esse é o maior desastre ambiental do Brasil moderno e um dos maiores do mundo.

Diversas ações estão sendo desenvolvidas por órgãos federais, dos governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e das Prefeituras afetadas, além de grupos voluntários. O requerimento de

informações ora apresentado visa subsidiar a Comissão Externa do Rompimento da Barragem na Região de Mariana/MG (CEXBARRA) no acompanhamento das ações e análises realizadas pelos órgãos públicos, tendo em vista contribuir para que as medidas de recuperação da bacia do rio Doce e de restabelecimento da normalidade na região sejam adotadas o mais rapidamente possível.

Sala das Comissões, em de de 2015.

Deputado SARNEY FILHO

Coordenador da Cexbarra